

# Relatório da sessão “O papel dos parques tecnológicos e das incubadoras de empresas”

*Ana Lúcia Vitale Torkomian<sup>1</sup>*

O coordenador da sessão temática, Guilherme Ary Plonski, presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), iniciou a sessão convidando à reflexão sobre os objetivos dos parques tecnológicos e das incubadoras de empresas e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Segundo ele, a ideia é criar uma geração de empresários com “inovatina”, “sustentalina” e “globalina” no DNA, o que pode ser feito nos chamados habitat de inovação.

Segundo ele, o movimento de criação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas no Brasil iniciou em 1984, no CNPq, com a criação do Programa Brasileiro de Parques Tecnológicos, inspirado principalmente nas iniciativas bem-sucedidas de Boston e do Vale do Silício, nos Estados Unidos, e em informações sobre a instalação de parques tecnológicos na França e na Inglaterra. Nesse programa, duas iniciativas decolaram nas cidades de Campina Grande (PB) e São Carlos (SP).

Desde então, uma grande evolução na matéria foi percebida e hoje o tema faz parte do Plano de Ação 2007-2010 do Governo Federal em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, na prioridade estratégica II, Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, linha de ação 6, Incentivos para a Criação e Consolidação de Empresas Intensivas em Tecnologia, programa 6.1, Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos.

Como resultado do movimento das incubadoras de empresas, o quadro que se tem hoje é composto por:

---

<sup>1</sup> Secretária-Adjunta da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

- 8.000 empresas inovadoras;
- R\$ 3,5 bi/a de receita das empresas graduadas;
- 35 mil empregos diretos, principalmente qualificados;
- Impostos gerados (até 2007):
- R\$ 500 mi total de investimentos (20 a)
- R\$ 450 mi/a impostos

Nesse contexto, o papel das incubadoras de empresas, completando o triângulo do conhecimento, segundo o qual na base está o ensino (que ocorre em sala de aula) e em um dos lados a pesquisa (nos laboratórios), é consistir num espaço de aprendizagem, ajudando a gerar novos líderes empresariais – lado da inovação.

Quanto aos parques tecnológicos, 74 iniciativas foram autoidentificadas no Portifólio de Parques Tecnológicos no Brasil, publicado pela Anprotec em 2009. Outro estudo, Parques Tecnológicos no Brasil: estudo, análise e proposições, realizado pela Anprotec e ABDI, com o apoio do MCT, identificou três gerações de parques, sendo que os de terceira geração (década de 1990) têm apresentado níveis de performance e relevância comparáveis aos da primeira geração (década de 1950).

Atualmente, as iniciativas nacionais já são internacionalmente reconhecidas. Como exemplo, pode-se citar o caso do porto digital, em Recife (PE), que foi objeto de matéria especial na Revista Business Week, em 01.06.2009. Além disso, a mobilização em torno do tema tem sido crescente, sendo esperado um grande público para o XX Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas e XVIII Workshop Anprotec, de 20 a 24 de setembro de 2010, em Campo Grande (MS).

As próximas etapas a serem superadas, segundo o presidente da Anprotec, consistem na inserção nacional em:

- Cadeias de valor intensivas em conhecimento;
- Regiões inovadoras sustentáveis, em articulação com outras iniciativas regionais;
- Sistema Nacional de Parques Tecnológicos; e
- 10 mil empresas inovadoras em 2020.

Na sequência, proferiu palestra o representante da Fundação Certi e do Parque Sapiens, de Florianópolis (SC), José Eduardo Azevedo Fiates, que teceu comentários acerca da importância da inovação para a geração de crescimento, prosperidade e valor agregado aos negócios, sendo

necessário para gerar inovação conhecimento e empreendedorismo. Lembrou que as 100 principais universidades do mundo mantêm programas de estímulo ao empreendedorismo. Nesse contexto, as incubadoras de empresas e os parques tecnológicos constituem o ambiente sistêmico para a inovação.

Apresentando a experiência da Fundação Certi, fundada em 1984, ofereceu os seguintes dados a respeito da incubadora Celta, criada em 1986:

- Prédio de 10.000 m<sup>2</sup>;
- Investimento de US\$ 2 milhões;
- 42 empresas incubadas (US\$ 25 milhões (2009) – US\$ 6 milhões impostos)
- 63 graduadas (US\$ 300 milhões (2009) – US\$ 80 milhões impostos)

Algumas iniciativas relevantes relacionadas ao tema:

- Programa de Promoção do Empreendedorismo inovador, que dispõe do Portal Sinapse da Inovação;
- Accelerator & Venture Capital: CVentures; e
- ParqTec Alfa, criado em 1993 e atualmente com mais de 70 empresas que empregam 3.000 pessoas e geram retorno financeiro de US\$ 200 milhões por ano.

Atualmente, está em implantação o Parque Sapiens, numa área de 4,5 milhões de m<sup>2</sup>, sendo 1,3 milhão de m<sup>2</sup> destinado à ocupação, 3 milhões de m<sup>2</sup> de áreas verdes e lagos, e 1,8 milhão de m<sup>2</sup> de área preservada. O parque possui 15 empresas lá instaladas.

O sucesso da iniciativa de Santa Catarina deveu-se à disponibilidade de massa crítica de CT&I, graças à universidade e ao poder público local e à vocação da região em abrigar os empreendimentos que lá foram viabilizados.

Refletindo sobre os desafios a serem enfrentados no futuro, foi apontado como gargalo justamente os ambientes sistêmicos para a inovação, nos quais se situam as empresas inovadoras, e que estão contidas no ambiente socioeconômico.

Esses ambientes, constituídos de incubadoras de empresas e parques tecnológicos:

- Intensificam o acesso ao conhecimento;
- Aumentam a competitividade e porcentagem de sobrevivência das empresas;
- Promovem a inovação tecnológica;

- Fortalecem a cultura para inovação;
- Estimulam a formação de parcerias; e
- Facilitam a implementação de políticas públicas.

Entretanto são fatores essenciais:

- Massa crítica de CT&I;
- Modelos competentes e inovadores; e
- Oportunidade e vocação.

Isso posto, são desafios a serem enfrentados:

- Fortalecer programas de incentivo e investimento em empresas inovadoras nascentes;
- Privilegiar os incentivos públicos em inovação (subvenção, etc.) em empresas localizadas em ambientes de inovação;
- Integrar as políticas públicas (federal, estadual e municipal) de apoio a empresas inovadoras;
- Estimular os programas e projetos de formação de talentos e estímulo ao empreendedorismo – massa crítica;
- Formalizar um Sistema Nacional de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos – Visão Sistêmica;
- Criar e fortalecer mecanismos de apoio ao desenvolvimento e inovação dos ambientes de inovação;
- Criar e fortalecer mecanismos para viabilizar a infraestrutura dos ambientes de inovação; e
- Integrar as políticas públicas (federal, estadual e municipal) de apoio aos ambientes sistêmicos de inovação.

O palestrante seguinte, Leonardo Guimarães, Diretor Executivo do Porto Digital, parque localizado em Recife (PE) e considerado pela Revista *Business Week* em 2009 como um de 10 parques tecnológicos do mundo com capacidade de contribuir com inovações relevantes para as futuras gerações da humanidade, resgatou sua história.

Nos anos 1980 e 1990, o Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco enviou seus pesquisadores para capacitação nos principais lugares do mundo e eles retornaram com a energia de uma mão de obra altamente qualificada. Em 1995, foi criado o Cesar, instituto de pesquisa voltado para a geração de inovação. Um fundo foi instituído como resultado de uma

política de estado em 1999 para, no ano seguinte, criar o porto digital, uma iniciativa inovadora, baseada na geração de ambiente de negócios, revitalização urbana e inclusão social.

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Porto Digital (2001), o porto digital é um vetor de urbanização que fortalece o processo de revitalização no Bairro do Recife, com capacidade de extrapolar as suas fronteiras, alcançando áreas vizinhas (Santo Antônio, São José e Santo Amaro). Seu objetivo principal é viabilizar a implantação da tecnologia do ponto de vista do arranjo urbano no qual se insere: a requalificação gradual do ambiente urbano e o restauro de imóveis históricos.

- O local foi escolhido devido à existência de:
- Área edificada desocupada (200.000m<sup>2</sup>) (ano 2000);
- Ociosidade da infraestrutura básica instalada;
- Riquezas: história, cultura e paisagens; e
- Boa acessibilidade (vias e transportes).

Assim, o porto digital foi criado com potencial para ser o motor de transformação sustentável do local onde está inserido e em 5 anos de operação, de 2001 a 2006, apresentou os seguintes resultados:

- Imóveis recuperados diretamente: 6.000 m<sup>2</sup>; em 2007: + 15.000 m<sup>2</sup> (ITBC e Bandepe);
- Imóveis recuperados indiretamente (privados): mais de 10.000 m<sup>2</sup>;
- Salas qualificadas para empresas de TIC (privados): mais de 10.000 m<sup>2</sup>;
- Estacionamento: problema que sinaliza resultados; e
- População flutuante: mais de 100 empresas; mais de 3.000 colaboradores (mais de 20% do Bairro do Recife).

Atualmente, o porto digital é entendido como:

- Política pública para a criação de um habitat de inovação em tecnologia da informação e comunicação num ambiente urbano;
- Referência em negócios de classe mundial com foco num mercado cada vez mais global;
- Promotor das competências locais e atrator de maiores e novos empreendimentos para Recife;
- Instrumento horizontal a serviço do desenvolvimento das bases da economia regional; e
- Principal indutor de resgate sustentável do Bairro do Recife.

Investimentos públicos de R\$ 17 milhões possibilitaram a estruturação do porto digital (operações imobiliárias e gestão), alavancando investimentos privados no bairro de R\$ 60 milhões (empresas de TI e outras), com previsão de mais R\$ 120 milhões até o final de 2010.

Em 2009, o porto digital já apresentava a seguinte situação:

- 135 empresas instaladas;
- Faturamento anual de R\$ 500 milhões;
- 40.000 m<sup>2</sup> de área ocupada;
- 4.400 profissionais de TIC (88% com nível universitário e 46% com até 25 anos);
- Média salarial de R\$ 2,7 mil (3 vezes a média do Recife); e
- Absorção de 30% da população trabalhadora do Bairro do Recife.

O Núcleo de Gestão do Porto Digital é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, que implementa políticas públicas não exclusivas de governo, qualificada como organização social (OS), nos termos da legislação estadual. Cabe a esse núcleo:

- Manutenção do foco em TIC;
- Geração de ideias originais;
- Formulação de projetos inovadores;
- Articulação dos agentes (governo, agências de fomento, empresas, academia etc.);
- Criação e atração de empreendimentos inovadores de TI e geração de empregos qualificados.

Os desafios para os próximos anos são:

- Ganhar escala;
- Aumentar a competitividade das empresas instaladas e ampliar sua participação em mercados externos;
- Atrair novas empresas de software, nacionais e estrangeiras;
- Integrar TIC com outras cadeias produtivas;
- Representar 10% do PIB estadual em 2020; e
- Gerar 20.000 empregos em TIC até 2020.

São apontados como fatores de sucesso da iniciativa:

- Ação coordenada e articulada entre empresas, academia e governo, tanto no lançamento como na sustentação;
- Interação com outras experiências para aprendizado contínuo (redes de cooperação);
- Propósito público, gestão privada;
- Política de Estado, e não de governo (visão de longo prazo); e
- Objetivo de autossustentação financeira.

Finalmente, a relatora da sessão, Ana Lúcia Vitale Torkomian, Secretária Adjunta de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCT, apresentou a Portaria MCT nº 139, de 10 de março de 2009, que institui o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI), cujo objetivo é fomentar a consolidação e o surgimento de parques tecnológicos e incubadoras de empresas que contribuam para estimular e acelerar o processo de criação de micro e pequenas empresas, caracterizadas pelo elevado conteúdo tecnológico de seus produtos, processos e serviços, bem como por intensa atividade de inovação tecnológica e pela utilização de modernos métodos de gestão.

- O Comitê Consultivo do PNI é constituído de representantes das seguintes instituições:
- Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (SETEC/MCT) (coordenação);
- Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Conselho Nacional de Secretários Estaduais para assuntos de CT&I (Consecti);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação; e
- Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec).

No âmbito desse programa, que faz parte do Plano de Ação 2007-2010 do Governo Federal em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, conforme já mencionado, as incubadoras de empresas são mecanismos de estímulo e apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a implantação de novas empresas que tenham como principal estratégia de negócio a inovação tecnológica.

Seus objetivos são:

- Estimular a implantação de novas empresas intensivas em conhecimento;
- Apoiar empreendimentos inovadores que possam competir no mercado;
- Estimular a competitividade e geração de empregos de alto valor agregado;
- Promover a geração sistemática de inovações;
- Promover a cultura do empreendedorismo;
- Estimular a cooperação universidade, empresa e governo;
- Apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado;
- Estimular o desenvolvimento de políticas de ciência, tecnologia e inovação;
- Capacitar empreendedores nas áreas de gestão;
- Oferecer serviços de alto valor agregado para os incubados, e
- Contribuir para a redução da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas.

Os parques tecnológicos, por sua vez, são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar e promover sinergias nas atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação entre as empresas e instituições científicas e tecnológicas, públicas e privadas, com forte apoio institucional e financeiro entre os governos federal, estadual e municipal, comunidade local e setor privado. Seus objetivos:

- Estimular o surgimento e desenvolvimento de empresas cujos produtos sejam baseados em conhecimento e inovação tecnológica;
- Estimular a interação entre universidades, institutos de pesquisa e empresas;
- Promover parcerias entre instituições públicas e privadas envolvidas com pesquisa científica e inovação tecnológica e empresas cujas atividades estejam fundamentadas no conhecimento e na inovação tecnológica;
- Estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas e entre elas;
- Promover o desenvolvimento sustentável do estado ou região por meio da criação de ambiente favorável aos investimentos em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica; e
- Apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento e engenharia de inovação no âmbito dos estados e municípios.

As ações previstas nesse programa no curto prazo são duas chamadas públicas:

- Chamada Pública MCT/Finep – Apoio aos Parques Tecnológicos, com o objetivo de apoiar empreendimentos de Parques Tecnológicos existentes no País e em adiantado estágio de implementação, com vistas a sua consolidação e contribuir para o surgimento e atração de empresas inovadoras, bem como empregos qualificados para introduzir inovações em novos produtos, serviços e processos no mercado e fomentar a capacitação tecnológica empresarial em setores-chave para o desenvolvimento regional e nacional.
- Chamada Pública MCT/Finep – Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, para apoiar a formação e a consolidação de incubadoras de empresas de base tecnológica, com até três anos de existência, pertencentes a uma mesma região, que demonstrem capacidade de promover aumento significativo da taxa de sucesso das empresas incubadas.

Entretanto, um esforço que vai além da oferta de recursos financeiros é necessário para o sucesso das incubadoras de empresas e dos parques tecnológicos nacionais. Os desafios podem ser sistematizados da seguinte maneira:

- Compreensão da incubadora de empresas e do parque tecnológico como meio de promoção do desenvolvimento econômico regional e não como fim por si só;
- Compreensão do recurso público como indutor do projeto, havendo a necessidade da contrapartida dos parceiros privados;
- Segurança jurídica nas parcerias público-privadas;
- Compreensão do parque tecnológico como lugar de negócios e um novo modelo de desenvolvimento regional;
- Consideração das vocações da região e das pré-condições para implantação de incubadoras e parques;
- Articulação com as universidades e institutos de pesquisa locais; e
- Sintonia com os demais atores e iniciativas locais, regionais e nacionais.

O sucesso de algumas iniciativas e os importantes resultados apresentados mostram que o país está no caminho certo no que diz respeito à utilização desses arranjos institucionais que alavancam o desenvolvimento tecnológico. Entretanto, o aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos de apoio deve ser garantido para que tais iniciativas gerem o desejado desenvolvimento econômico e social nas regiões onde se inserem.